

Estratégia de Desenvolvimento Local 2030

NOME BENEFICIÁRIO	Douro Superior – Associação de Desenvolvimento
NIFAP	v7169052
DESIGNAÇÃO	Douro Superior 2030
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. A Estratégia de Desenvolvimento Local

[A Estratégia de Desenvolvimento Local consiste numa estratégia abrangente para todo o território, tendo por base a análise SWOT realizada, que deverá cobrir as áreas em que sejam detetadas maiores oportunidades a potenciar, ou fragilidades a serem corrigidas, independentemente de serem da esfera da atuação do DLBC]

Na presente Estratégia de Desenvolvimento Local explana-se uma visão multiangular sobre a realidade do território do Douro Superior, identificando debilidades e possíveis vias de desenvolvimento.

Nos pontos em que esta análise é coincidente com o preenchimento do formulário de candidatura, opta-se por veicular a informação de forma distinta, de modo a ambos os esforços serem complementares. Isso resulta em quadros-síntese que providenciam leituras integradas dos conceitos operativos da candidatura ou, como acontece no campo da análise SWOT, numa apresentação condensada que enaltece os pontos fulcrais.

2. Caraterização do território

[Caraterização do território, com delimitação ao nível da freguesia, com enfoque para a sua tipologia Rural ou Não Rural]

O Douro Superior tem **24.647 habitantes** numa área de cerca de **1934 Km²**. Pertence à Região Norte (NUT II) e tem concelhos em 2 NUT III: Mogadouro na Terras de Trás-os-Montes, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa na Douro, num total de **52 freguesias rurais**.



Concelho	Freguesia	População, Total e por grupo etário				
		Total	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 +
Freixo de Espada à Cinta (3216 habitantes)	Ligares	333	22	18	138	155
	Poiães	327	28	21	146	132
	União das freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco	2113	248	181	996	688
	União das freguesias de Lagoaça e Fornos	443	24	27	167	225
Mogadouro (8301)	Aznhoso	241	13	6	103	119
	Bemposta	497	31	25	235	206
	Bruçó	166	8	8	60	90
	Brunhoso	212	17	17	106	72
	Castelo Branco	330	17	19	118	176
	Castro Vicente	265	18	18	129	100
	Meirinhos	250	20	17	117	96
	Paradela	127	10	10	57	50
	Penas Roias	278	10	19	117	132
	Peredo da Bemposta	185	10	11	74	90
	Saldanha	133	8	8	69	48
	São Martinho do Peso	255	3	7	101	144
	Tó	136	5	7	68	56
	Travanca	119	2	1	40	76
	União das freguesias de Brunhozinho, Castanheira e Sanhoane	216	9	11	98	98
	União das freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de R	3603	410	304	1858	1031
	União das freguesias de Remondes e Soutelo	285	17	15	136	117
	União das freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo	357	18	27	166	146
	Urris	250	15	8	97	130
	Vale da Madre	165	15	10	84	56
Torre de Moncorvo (6826 habitantes)	Vila de Ala	231	11	14	97	109
	Açoreira	340	16	9	167	148
	Cabeça Boa	284	21	20	139	104
	Carviçais	510	27	20	192	271
	Castedo	180	14	19	84	63
	Horta da Vilarça	208	14	9	94	91
	Larinho	327	21	22	127	157
	Lousa	287	17	11	110	149
	Mós	189	10	5	73	101
	Torre de Moncorvo	2612	300	233	1284	795
	União das freguesias de Adeganha e Cardanha	437	20	31	182	204
	União das freguesias de Felgar e Souto da Velha	860	59	75	369	357
	União das freguesias de Felgueiras e Maçores	332	8	10	127	187
Vila Nova de Foz Côa (6304 habitantes)	União das freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos	260	14	10	86	150
	Almendra	309	30	12	138	129
	Castelo Melhor	168	5	5	65	93
	Cedovim	284	23	16	130	115
	Chãs	234	16	16	84	118
	Custóias	191	3	11	78	99
	Freixo de Numão	519	44	37	194	244
	Horta	161	8	14	75	64
	Muxagata	267	21	16	115	115
	Numão	210	16	15	101	78
	Santa Comba	145	4	5	44	92
	Sebadelhe	215	15	14	93	93
	Seixas	312	15	24	160	113
	Touça	188	13	17	89	69
	Vila Nova de Foz Côa	3101	342	300	1620	839

Figura 1 - Distribuição Populacional, por Concelho, Freguesia e Grupo Etário

É um território disperso: dentro de cada concelho, há uma freguesia consideravelmente mais populosa, que concentra 6 a 10 vezes mais população do que as restantes.

Além da dispersão, o despovoamento é também tendência demográfica. Entre 2011 e 2021, os 4 concelhos perderam 4559 habitantes (15,6%). A perda é mais acentuada em Torre de Moncorvo, que perdeu 1746 habitantes (25,6% da sua população em 2011), o que coloca este município entre os 25 municípios portugueses que comparativamente perderam mais população.

A este fenómeno alia-se o **envelhecimento** - tendência nacional e regional agravada - particularmente incidente em Torre de Moncorvo.

Índice de dependência de idosos			
	2011	2021	Variação
Continente	29.1	37.4	8.3
Douro (NUTS II)	35.4	47.2	11.8
Terras de Trás-os-Montes (NUT II)	45.1	59.4	14.3
Freixo de Espada à Cinta	62.0	71.6	9.6
Mogadouro	55.3	69.6	14.3
Torre de Moncorvo	58.2	79.2	21.0
Vila Nova de Foz Côa	52.6	65.9	13.3

Figura SEQ Figura 1* ARABIC 2 - Índice de Dependência de Idosos: Tabela

Assim, em termos demográficos, o Douro Superior é um território em situação periclitante, que tem vindo a perder capacidade de resposta a macroflutuações externas em termos sociais, económicos e políticos. Portanto, persistem os **desafios: competitividade económica, coesão social, qualificação, capital social e cooperação.**

No que toca à materialidade do território, o Douro Superior é marcado pela extensa área de **produção agrícola e hortofrutícola**. Rico em produtos de reconhecida qualidade e valor – azeite, amêndoa, vinho, queijos, fumeiro, entre outros – que abastecem os mercados, nacionais e internacionais, e constituem fonte importante de rendimento e atividade. Destaca-se também, na atividade pecuária, a produção de gado caprino e bovino e os produtos certificados com denominação de origem protegida, como é o caso da raça churra. A diversidade de espécies de caça constitui também um importante recurso.

O património paisagístico, ambiental, natural e cultural é também de grande e reconhecido valor. O **Douro Vinhateiro e o Vale do Côa** são territórios classificados como Património Mundial da UNESCO. O **Parque Natural do Douro Internacional**, que abrange parte dos concelhos de Freixo de Espada à Cinta e de Mogadouro, ostenta vegetação riquíssima e diversificada. Existem também recursos geológicos, tanto do ponto de vista estratigráfico como do mineral - um dos maiores depósitos de ferro da Europa, sito em Torre de Moncorvo, (re)começou a ser explorado em 2020.

Os recursos hídricos abundam, pelo rio Douro e afluentes. Na bacia deste, a produção de energia hidroelétrica é feita em quatro barragens, a que se juntou a do Baixo Sabor em 2016. As albufeiras existentes, ricas em vida subaquática, oferecem condições para atividades diversas no âmbito do desporto, turismo e lazer.

O rio Douro oferece também condições para a prática de desportos náuticos. O Centro de Alto Rendimento de Remo do Pocinho Vila Nova de Foz Côa é considerado dos melhores do mundo para a prática da modalidade.

Por tudo isto, uma intervenção plurifundos e plurisectorial adquire relevância acrescida no território.

3. Caracterização da Parceria

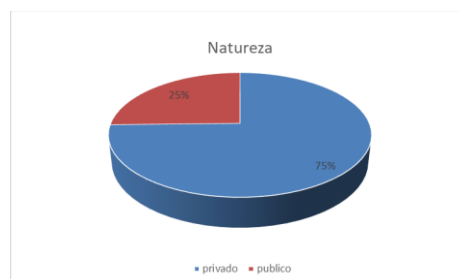
[Caracterização da parceria com todos os seus membros e comprovação da sua adesão à mesma (através da assinatura do Protocolo de Parceria e adesão à Estratégia de Desenvolvimento Local, proposta, bem como definição do modelo organizacional que será seguido para a gestão de fundos comunitários, em particular no âmbito do FEADER)]

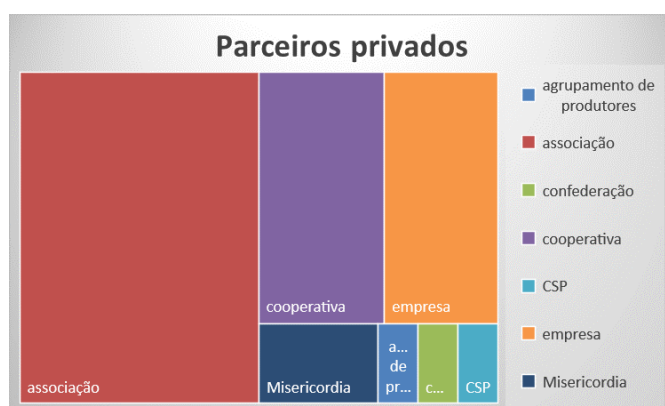
A parceria é constituída por 67 entidades (crescimento de 22% face à parceria anterior). Destas, 75% são entidades privadas, com uma representatividade de todo o território, dos vários setores de atividade e dos diferentes tipos de organização. Todos os parceiros apresentam uma forte implicação nos contributos para a concretização da EDL. Nas entidades públicas incluem-se municípios, associações de municípios, universidades, agrupamentos de escolas e institutos públicos e agrupamento europeus). Nas entidades privadas incluem-se associações (comerciais, empresariais, de produtores, recreativas e culturais, turismo e serviços), cooperativas e agrupamentos de produtores e, pela primeira vez, alguns operadores privados.

Transitam para esta parceria 9 parceiros da anterior estratégia e associam-se 21 novos. Os parceiros que se mantêm, em vários momentos de auscultação referem, em geral, que o mecanismo de governação desta funciona eficazmente e inclusive tem promovido maior envolvimento e colaboração entre parceiros e, de forma mais alargada, com outros atores e instituições na região. A presença dos municípios continua desempenhar um importante papel agregador na mobilização dos atores do seu concelho para trabalho a nível da região.

Todos os parceiros assinaram compromisso de adesão à rede.

Constituição e representatividade da parceria:

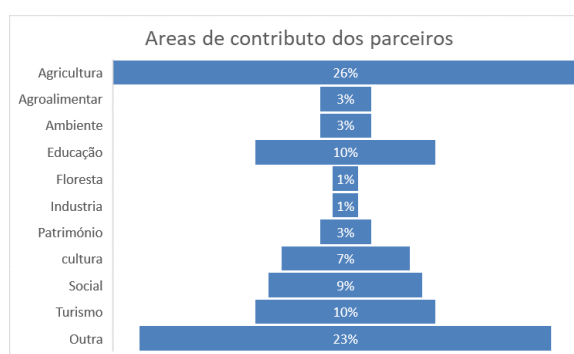




Setores/ áreas temáticas

- Setor primário agrícola e florestal (cooperativas, empresas, associações)
- Indústria transformadora, nomeadamente alimentar
- Comércio por grosso e a retalho
- Turismo
- Cultura e património
- Educação e formação (não inclui ensino superior)
- Ensino superior e investigação
- Saúde e ação social
- Ação cultural, recreativa, desportiva
- Administração Pública
- Associações empresariais / serviços às empresas
- Operadores privados
- Outros

Os contributos dos parceiros para a EDL estão alinhados com as prioridades e objetivos da mesma, verificam-se uma cobertura da parceria para todas as áreas de intervenção:



Modelo de governação:

O modelo organizativo da Parceria traduz a importância atribuída à participação ativa dos atores territoriais. A operacionalização desta participação, iniciou-se na preparação da estratégia e passa pela valorização das funções de divulgação, animação, acompanhamento e avaliação da EDL, dos seus projetos e dos seus resultados esperados.

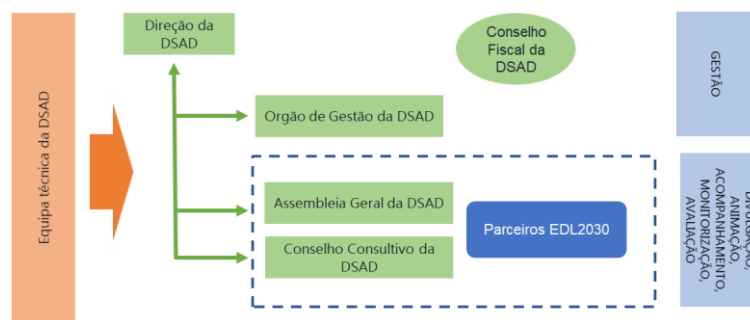


Figura 2 - Distribuição Populacional, por Concelho, Freguesia e Grupo Etário

Privilegia-se o envolvimento e a participação dos vários parceiros, o que será estimulado através da constituição de grupos temáticos (setoriais e/ou regionais), com um papel ao nível reflexão para a ação, devidamente informada pelos mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação.

4. Análise SWOT: Diagnóstico da situação do território

[Diagnóstico da situação do território de intervenção, à partida, através de uma análise SWOT, em que sejam, especificamente caracterizados os seguintes aspetos: i. População; ii. Economia e Emprego; iii. Recursos naturais e culturais; iv. Produção, infraestruturas e serviços básicos (organização e promoção da produção, alimentação, mercados locais, cadeias curtas, energia, mobilidade, ensino, solidariedade social, inclusão, etc.); v. Sustentabilidade e Clima (adaptação e mitigação às alterações climáticas, economia circular, bioeconomia, modos de produção mais amigos do ambiente); vi. Transição energética e digital; vii. Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil.]

A caracterização do ponto de partida segundo os 7 aspetos elencados consta já do formulário. Assim, não se dispensando a leitura do mesmo e procurando evitar redundâncias, apresenta-se de seguida a análise de elementos transversais ou de importância singular, que esta Estratégia endereça a vários níveis.

As múltiplas facetas e possibilidades de exploração da riqueza natural do território constituem o seu maior ponto forte. Elementos como os recursos agroalimentares e aquíferos, as características climáticas e paisagísticas e a biodiversidade são importantes alavancas nas atividades presentes e no futuro da região.

À riqueza natural alia-se a cultural. Quer pela preservação de tradições e saberes locais que conferem identidade às regiões e comunidades – e que se baseiam, com frequência, na exploração dos recursos naturais – quer pela ativação da memória coletiva, registada na pedra e não só, desde as gravuras de Foz Côa aos primórdios de Portugal.

No campo das fraquezas, as tendências sociodemográficas são as que mais afligem o território e têm dificultado o seu desenvolvimento. O despovoamento e envelhecimento retiram capacidade produtiva e de adaptação às comunidades, culminando naquela que é uma fraqueza também tem destaque: a organização dos agentes económicos e institucionais para o alinhamento de interesses comuns, que é agravada pela baixa escolaridade das gerações mais velhas, que permanecem no território.

Os fatores externos são mais complicados de aglomerar, uma vez que dependem em muito das perspetivas adotadas. No entanto, a oportunidade mais clara é a existência de tendências económicas e políticas (ex: apoio ao desenvolvimento agrícola, à floresta, ao turismo, às qualificações, ...) que podem ser aproveitadas: o crescimento de áreas

como o turismo e o comércio de produtos locais; a existência de estruturas de financiamento e apoio à aquisição de competências específicas.

Nas ameaças encontramos a mesma multiplicidade, a escalas diferentes. Ainda que as tendências demográficas expostas anteriormente se intensifiquem na região, são parte de um fenómeno nacional; A dificuldade de organização de agentes económicos relaciona-se com mercados e cadeias de valor cada mais vez mais exigentes e globalizados; A dificuldade de alinhamento de agentes institucionais é em grande parte resultado de um ordenamento e ações políticas (legislativo e executivo) centralizado e centralizante. Por fim, as alterações climáticas representam uma ameaça de escala planetária àquela que é a maior força do território, os recursos naturais.

Releva-se que, integrando-se o território nas Terras de Trás-os-Montes e no Douro, os índices de desenvolvimento permanecem abaixo da média para Portugal e para a Região Norte, com exceção do ISDR na componente Qualidade Ambiental.

5. Desafios e Objetivos

[Identificação dos desafios a que a parceria pretende dar resposta através da implementação da EDL, articulados com as áreas de intervenção que serão mobilizadas, assim como objetivos e metas traçados tendo em conta os resultados a atingir. Os desafios devem corresponder aos enfoques temáticos escolhidos e aos respetivos objetivos quer enquadráveis no âmbito do PEPAC quer de outros fundos, sendo que nos enfoques temáticos no âmbito do PEPAC deverá existir uma correspondência com necessidades principais, necessidades complementares e resultados definidas na presente OTE.]

O processo de construção da EDL, através de uma abordagem que procurou diagnosticar e concretizar a resolução dos problemas do território em diálogo com as populações, os atores locais e parceiros, permitiu construir uma visão partilhada, que se enuncia:

“Um território mais coeso, mais qualificado e inovador, cooperante e comprometido com a sustentabilidade e o desenvolvimento do seu capital humano e social, empenhado na preservação da qualidade ambiental, que apoia a competitividade das suas fileiras produtivas e organizações, promove condições de acesso à inovação e responde aos desafios da transição energética e digital, no quadro de uma abordagem alinhada no contexto regional, nacional, europeu, e mundial”.

A EDL assenta em quatro Áreas de Intervenção estratégicas para o desenvolvimento do território:

- Pessoas e Território
- Conhecimento e Inovação
- Património, Cultura e Ambiente (“Conservar para desenvolver”)
- Transições Digital e Climático-energético-ambiental

Se as pessoas são o recurso essencial do território (um recurso cada vez mais escasso), será através da qualificação, do conhecimento e da inovação, que se tornará possível valorizar economicamente todos os recursos endógenos, num quadro da respetiva conservação, e assegurar que esse processo de desenvolvimento está alinhado e conectado com todos os desafios do mundo atual, seja o digital, seja o climático-energético-ambiental. Daí que estes eixos estratégicos são as coordenadas de todos os enfoques temáticos, desafios e objetivos da estratégia, tal como resulta do quadro seguinte:



Enfoque temático	Desafio	Objetivos
Capital humano, conhecimento e inovação (qualificação, conhecimento, atração de jovens, ...)	Atração e fixação de pessoas no território; Qualificação e competências; Transformação digital da sociedade	Melhorar as condições de atratividade do território para atrair e fixar pessoas, designadamente, melhorar a qualidade do emprego e melhorar o bem-estar. Aumentar níveis de qualificação e de competências nas áreas de competitividade local. Gerar competências para a sociedade digital
Capital social e governança (organização, novos modelos, ...)	Articulação institucional dos atores; Redes colaborativas; Inovação social; Participação e empoderamento da população	Aumentar a participação em estruturas de base local; Qualificar o associativismo local. Reforçar e qualificar redes colaborativas. Qualificar e consolidar a parceria DLBC. Promover inovação (social, económica, organizacional, cultural), capacitando os atores pertinentes
Economia e emprego	Competitividade da economia local; Bioeconomia sustentável nas fileiras da agricultura e floresta Criação e retenção de valor na economia local; Qualificação dos serviços de apoio à atividade económica; Qualidade do emprego; Emprego feminino e jovem; Transformação digital	Melhorar a competitividade dos agentes económicos na escala de micro e de pequena e média empresa, pela qualificação, modernização e inovação. Estruturar cadeias de valor mais competitivas e geradoras de maior valor acrescentado nos produtos de base local (floresta, produtos agroalimentares e serviços da fileira do turismo). Gerar competências digitais para empregos em atividades económicas mais exigentes e competitivas. Melhorar as competências, os recursos e a qualidade de serviço das estruturas de apoio à atividade económica. Aumentar as oportunidades e o emprego efetivo de mulheres e jovens no mercado de trabalho local; Melhorar a qualidade do emprego; Promover e generalizar a participação e acesso aos benefícios da economia digital Promover o potencial da bioeconomia, focado na valorização de matérias-primas biológicas e no estabelecimento de novas cadeias de valor envolvendo os setores mais tradicionais da agricultura e floresta.
Coesão social e territorial (social, apoio infraestruturas, envelhecimento, tradições e cultura, condições de acesso, igualdade no acesso, ...)	Envelhecimento e isolamento sénior; Défice de respostas sociais especializadas; Emprego feminino e jovem; Inovação social; Cultura e tradições	Promover o envelhecimento ativo e combater o isolamento sénior; Aumentar e melhorar as respostas as respostas sociais nas áreas da saúde mental, deficiência, integração de migrantes. Melhorar a qualidade dos serviços sociais prestados às populações mais vulneráveis- em especial, resposta a focos de pobreza e exclusão- em regime de acolhimento e/ou ao domicílio. Valorizar e dinamizar os ativos territoriais relacionados com o património histórico e cultural (contruído e imaterial). Melhorar a qualificação de atores, individuais e coletivos, para as redes e o associativismo (cívico, cultural, artístico, desportivo), o empreendedorismo e a inovação social.
Sustentabilidade ambiental e transição energética	Património natural; Qualidade ambiental e valorização dos recursos naturais; Transição energética Biodiversidade e preservação de recursos	Assegurar a conservação do património e recursos naturais num quadro de incentivo à valorização económica do mesmo. Preservar a qualidade ambiental num quadro de valorização do território. Fomentar e impulsionar a transição energética com base nas características e necessidades da população, e da conciliação dos recursos ambientais e naturais. Promover a biodiversidade aumentando o consumo de produtos produzidos localmente.

Figura 3 - Distribuição Populacional, por Concelho, Freguesia e Grupo Etário

6. Envolvimento das comunidades locais

Identificação das reuniões, eventos e outros momentos de envolvimento das comunidades locais, tendo em vista a elaboração da EDL e a constituição/reforço da parceria (nomeadamente através de evidências fotográficas, registo de presenças, relatórios e conclusões de sessões).

Esta EDL resulta de uma visão partilhada, construída de forma progressiva e abrangente a partir de sessões mobilizadoras dos atores locais, promovidas em todo o território. Envolveram-se empresários (agricultura, comércio, turismo, serviços),

técnicos (serviços públicos, de associações, de cooperativas, de gabinetes privados), dirigentes das Comunidades Intermunicipais de Trás-os-Montes e Douro, dirigentes de estruturas locais (coletividades, cooperativas, associações, agrupamentos de produtores) instituições de ensino e formação (UTAD, IPB), ordenamento e proteção civil (bombeiros), autarcas (Câmaras e Juntas de Freguesia) e organizações da economia social.

O envolvimento das comunidades locais foi, por motivos de ordem tanto pragmática como lógica, alavancado a partir do processo de avaliação da anterior Estratégia de Desenvolvimento Local, tendo-se iniciado em dezembro de 2022, com a realização de um inquérito aos beneficiários e as primeiras jornadas de auscultação aos vários parceiros, com a realização de 3 focus group: beneficiários (13/12/22), órgãos de gestão (20/01/23) e equipa técnica da DSAD (29/01/23).

A segunda fase decorreu a partir de junho de 2023, tendo contado com uma jornada de auscultação do a população pelos 4 municípios (27/06/23 - Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, 28/06/23 - Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta), envolvendo os vários setores e agentes da comunidade. Além disto, promoveram-se sessões individuais com atores relevantes da envolvente, nomeadamente, as duas CIM onde se integra a Douro Superior (Terras de Trás os Montes e Douro) e a academia (UTAD e IPB). Por fim, a macro-estratégia foi discutida amplamente, através da Assembleia Geral da Douro Superior e de toda a parceria, obtendo a concordância alargada.



Figura 4 - Posters para as Jornadas Técnicas de Auscultação



7. Articulação com estratégias regionais e sub-regionais

[Evidência da articulação da EDL proposta, com as diferentes estratégias regionais e sub-regionais, temáticas ou generalistas, para as quais perspetivam uma mais-valia na implementação da EDL]

Fruto da auscultação e da participação dos representantes das estruturas sub regionais na construção da EDL, bem como da análise atenta dos respetivos documentos programáticos (“EIDT Terras de Trás-os-Montes 2030” e “EDT Douro 2030”), a EDL articula-se de modo simbiótico com estratégias sub-regionais, bem como, a estratégia regional do Norte (CCDRN “Norte 2030”).

Desde logo com a da CIM de Trás-os-Montes, que estabelece como eixos estratégicos o desenvolvimento rural, o ambiente, o turismo, e a capacitação das pessoas e organizações (orientação para a criação de emprego); bem como com a estratégia da CIM Douro, da qual se destaca o emprego, a educação, a intervenção social, o turismo, o desenvolvimento rural, e as redes e lideranças mobilizadoras.

A articulação da EDL também se verifica ao nível da região norte e da denominada Estratégia “Norte 2030”, da qual se sintetiza: “(...) o desenvolvimento do Norte (...) pela simbiose sustentável, diferenciadora e coesiva entre gestão do território, solidariedade social, aposta no conhecimento e competitividade da economia”, mediante linhas de ação orientadas para: i) a afirmação e valorização da cultura; ii) a retenção e atração de pessoas pela potenciação dos seus talentos e pela qualificação, iii) a captação de investimento seletivo para potenciar atividades económicas de alto valor acrescentado; (iv) o desenvolvimento de conhecimento diferenciador nas áreas de especialização inteligente do território e o robustecimento do tecido social”.

Assim, logra-se uma forte convergência e articulação da EDL com as diferentes estratégias a nível regional e sub-regional, cf. que se pode verificar pelo alinhamento dos seus enfoques temáticos, com as principais coordenadas destas estratégias (cuja denominação e níveis de abordagem é diversa) cf. correspondência na tabela, de modo muito sintético.

Numa perspetiva setorial, a EDL articula com a Estratégia de Turismo de Portugal e do Norte 2027, que define eixos estratégicos, com as respetivas linhas de atuação: valorizar o território; impulsionar a economia; potenciar o conhecimento; gerar redes e conectividade; em especial a EDL articula-se com as ações dirigidas a estimular a dinâmica do território com eventos turísticos, através da animação local e da oferta de serviços e produtos turísticos locais.



EDL/desafios	Estratégia Região Norte, CCDRN, "Norte 2030" "princípios de ação", "objetivos estratégicos e transversais"	Estratégia sub-regional: CIM Douro: "Douro 2030" e CIM TTM: Plano de Ação da EIDT Terras de Trás-os-Montes 2030
Capital humano, conhecimento e inovação	Retenção e atração de pessoas pela potenciação dos seus talentos e pela qualificação	Linha estratégica: Douro mais inteligente.
	Reforço da qualificação da população ativa e desempregada envolvendo o sistema educativo e a formação	CIM TTM – "Desafio Central": Inverter a Regressão Demográfica. linhas de ação dirigidas à capacitação das pessoas e organizações (orientação para a criação de emprego) pela educação e formação
	Objetivo transversal aumentar qualificações em todos os segmentos-alvo da população	
Capital social e governança	Desenvolvimento de conhecimento diferenciador nas áreas de especialização inteligente do território e o robustecimento do tecido social".	Linha Estratégica: Douro mais conectado; Linha Estratégica: Douro mais próximo dos cidadãos. EIDT TTM - linhas de ação dirigidas à promoção de redes e lideranças mobilizadoras
Economia e emprego	Captação de investimento seletivo para potenciar atividades económicas de alto valor acrescentado	Linha estratégica: Douro mais inteligente
	Valorização económica de ativos e recursos do território. Produção de bens e serviços comercializáveis em mercado alargado (recursos naturais, produtivos patrimoniais, construídos e simbólicos)	EIDT TTM linhas de ação Desenvolvimento rural, turismo, cultura e património. Criação de emprego
Coesão social e territorial	Construção de redes formais e anormais de solidariedade social para a proteção dos mais desfavorecidos, dos mais idosos e dos cidadãos portadores de deficiência. Equidade territorial na oferta de bens e serviços públicos de qualidade (saúde, educação, cultura e apoio social)	Linha Estratégica: Douro mais social. TTM – linhas de ação dirigidas à provisão de serviços de saúde e resposta sociais que sirvam a população jovem e ativa e, ao mesmo tempo, respondam às necessidades específicas da população idosa.
Sustentabilidade ambiental e transição energética	Promover e captar investimento seletivo com tecnologias e processos amigos do ambiente e respeitadores dos direitos humanos e da cidadania. Afirmção e valorização da cultura	Linha Estratégica: Douro mais verde. TTM: linhas de ação dirigidas ao ambiente ecossistemas, energia, desenvolvimento urbano, cidades inteligentes e mobilidade sustentável

Figura 5 - Sumário de articulação com estratégias regionais e subregionais

8. Áreas de Intervenção

[Definição das áreas de intervenção da EDL que pretendem ver mobilizadas através do PEPAC, por via da implementação de um plano de ação específico, com estabelecimento do peso percentual de alocação de verbas e de metas a atingir]

As áreas de intervenção são operacionalizadas a partir de um conjunto de linhas de ação, devidamente articuladas com os enfoques temáticos da estratégia.

Assinalam-se as ações que prevêm ou não verbas do PEPAC.

Enfoque Temático	ÁREAS DE INTERVENÇÃO				Ações	verbas e metas PEPAC	Peso de verbas e metas PEPAC
	Pessoas e Território	Conhecimento e Inovação	Património, Cultura e Ambiente	Transições Digital, Climático-energético-ambiental			
Capital humano, conhecimento e inovação	+++				Programas de apoio às famílias (sociais, fiscais,...)	N	15%
	+++				Ações de apoio socioeducativo/promoção do sucesso escolar	N	
	+	+++	+	+	Ações de investigação aplicada às necessidades do território (c/ instituições de ensino superior e de investigação)	S	
	+	+++	+	+	Projetos de apoio à criação de competências e condições de acesso a infraestruturas e serviços digitais de comunicação e de informação	S	
Capital social e governança	+++	+			Programas orientados para a capacitação e empoderamento da população e criação de redes formais e informais	S	6%
	++				Programas de apoio a qualificação das estruturas locais associativas, recreativas, desportivas, culturais	S	
Economia e emprego	++	++			Programas de apoio à inovação na pequena iniciativa empresarial	S	47%
	++	++			Programas de apoio à reestruturação e modernização dos processos produtivos e de gestão das diferentes Cooperativas Agrícolas	S	
	++	++			Programas de apoio à capacitação do setor agro-florestal para a inovação e adoção de práticas mais eficientes	S	
				+++	Programas de apoio à bioeconomia	S	
		++			Projetos de apoio à organização das cadeias de produção e abastecimento agrícolas	S	
		++		+++	Programas de apoio ao desenvolvimento de modelos de negócio e de organização com recursos digitais	S	
	+	++			Projetos de apoio a soluções organizativas de formalização da economia de pequena escala	S	
		++			Programas de apoio à qualificação de serviços de suporte à atividade agrícola	S	
		++			Programas de apoio à exploração das características do microclima para produções com maior potencial de escoamento no mercado atual	S	
Coesão social e territorial	++		+++		Projetos de apoio à promoção e valorização do Património Cultural	S	12%
	++				Apoio a respostas sociais dirigidas às populações mais vulneráveis	N	
	+++	+	++	+	Programas de apoio ao empreendedorismo e inovação social	S	
	+++	++			Ações de valorização das aldeias	S	
Sustentabilidade ambiental e transição energética		++		+++	Projetos de apoio a transição energética	S	20%
		++		+++	Ações de incentivo e apoio a projetos de bioeconomia	S	
				+++	Programas de promoção da biodiversidade (cadeias curtas)	S	
	+	++		+++	Programas de apoio à conservação e valorização de recursos naturais (zonas naturais classificadas; recursos aquíferos; regadio, turismo náutico, pesca)	S	
				+++	Apoiar abordagens inovadoras às energias renováveis e explorar o potencial do território para desenvolvimento de projetos ligados a estas fontes de energia	S	

Figura 6 - Áreas de Intervenção, e percentual de alocação de verbas



9. Plano de Ação

[O Plano de Ação deverá ser estruturado tendo em conta as intervenções que o GAL considere serem passíveis de implementação através de medidas existentes no regulamento FEADER, tendo em conta os objetivos específicos, necessidades e quadro de ligação com os indicadores de resultado do PEPAC]

ENFOQUES TEMÁTICOS		Capital humano, conhecimento e	Capital social e governança	Economia e emprego	Coesão social e territorial	Sustentabilidade ambiental e transição
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		- Melhorar as condições de atratividade do território para atrair e fixar pessoas, designadamente, melhorar a qualidade do emprego e melhorar o bem-estar - Aumentar níveis de qualificação e de competências nas áreas de competitividade local. Gerar competências para a sociedade digital	- Aumentar a participação em estruturas de base local - Qualificar o associativismo local - Reforçar e qualificar redes colaborativas - Qualificar e consolidar a parceria DLBC - Promover inovação (social, económica, organizacional, cultural), capacitando os atores pertinentes	Melhorar a competitividade dos agentes económicos e as competências, os recursos e a qualidade de serviço das estruturas de apoio à atividade económica. Estruturar cadeias de valor mais competitivas e geradoras de maior valor acrescentado nos produtos de base local Melhorar a qualidade e as oportunidades de emprego Gerar competências e promover e generalizar a participação e acesso aos benefícios da economia digital Promover o potencial da bioeconomia	Promover o envelhecimento ativo e combater o isolamento sénior Aumentar e melhorar as respostas às respostas sociais nas áreas da saúde mental, deficiência, integração de migrantes Melhorar a qualidade dos serviços sociais prestados às populações mais vulneráveis Valorizar e dinamizar os ativos territoriais relacionados com o património histórico e cultural Melhorar a qualificação de atores, individuais e coletivos, para o associativismo, o empreendedorismo e a inovação social	- Assegurar a conservação do património e recursos naturais num quadro de incentivo à valorização económica do mesmo - Preservar a qualidade ambiental num quadro de valorização do território - Fomentar e impulsionar a transição energética com base nas características e necessidades da população, e da conciliação dos recursos ambientais e naturais
NECESSIDADES PRINCIPAIS	COE9N1	X		X	X	
	COE9N2	X	X	X	X	X
	COE9N5	X		X	X	X
	COE9N6	X		X		X
	COE9N7	X		X		
	COE9N4	X		X		X
NECESSIDADES COMPLEMENTARES	COE9N3	X	X		X	
	COE1N5	X		X	X	X
	COE2N1	X		X		
	PTO2N1	X		X		X
	PTOE4N1			X		X
	COE4N5			X		X
	PTOE4N2			X		X
	PTOE6N1					X
	COE6N4				X	X
	COE9N5			X	X	X
	COE9N6		X			
	COE7N5	X	X	X	X	X
	COE9N5			X		X
	COE9N8		X			X
	PTOTN1	X		X		X
	PTOTN2	X		X		
	PTOTN4	X				X
	PTOTN3	X		X		X
RESULTADOS		R37 R41 R42 R9 R10 R18	R41 R42 R10 R15	R41 R42 R9 R10 R17 R18	R37 R40 R41 R42 R7	R39 R40 R9 R10 R15 R17 R18
MEDIDAS FEADER	A. Jovens Agricultores	A2 A3 A9 A10	A1 A2 A3 A4 A9 A10	A1 A2 A3 A4 A9 A10	A4 A10	A2 A3 A4 A10
	B. Pequenas explorações agrícolas	B2 B3 B9	B1 B2 B3 B4 B8 B9	B1 B2 B3 B4 B8 B9	B4	B2 B3 B4
	C. Investimentos em atividades não agrícolas	C5 C6	C5 C6	C5 C6	C5 C6	C5 C6
	D. Zonas de montanha	D2 D3 D6	D1 D2 D3 D4 D5 D6 D7 D8 D10 D11	D2 D3 D5 D8 D10 D11 D14	D2 D4 D5 D6 D7 D10 D12 D13 D14	D1 D2 D3 D4 D5 D6 D7 D10 D12 D13 D14
	E. Cadeias de abastecimento curtas	E2 E3 E6	E1 E2 E3 E4 E5 E6 E7 E8	E1 E2 E3 E4 E5 E6 E7 E8	E4 E5 E6 E7	E2 E3 E4 E5 E6 E7 E8
	F. Mulheres nas zonas rurais	F2 F3 F6	F1 F2 F3 F4 F5 F6 F7	F2 F3 F4 F5 F6 F11	F2 F4 F5 F6 F7	F2 F3 F6
	G. Atenuação das alterações climáticas, adaptação às mesmas e à biodiversidade	G2 G3 G22	G1 G2 G3 G4 G7 G15 G16 G17 G18 G19 G20 G21 G22	G2 G3 G15 G16 G18 G21 G22	G2 G3 G4 G7 G15 G17 G19 G20 G21 G22	G1 G2 G3 G4 G7 G15 G16 G17 G18 G19 G20 G21 G22

Figura 7- Relação entre Objetivos Específicos, Necessidades, Resultados e medidas FEADER

A secção final desta tabela (figura 7) deve ser lida com recurso à matriz abaixo apresentada, que propõe uma nomenclatura para Anexo IV do [Regulamento do](#)



FEADER “Lista indicativa de medidas e operações de particular importância para os subprogramas temáticos”

Medidas FEADER	A. Jovens agricultores	B. Pequenas explorações agrícolas	C. Investimentos em atividades não agrícolas	D. Zonas de montanha	E. Cadeias de abastecimento curtas	F. Mulheres nas zonas rurais	G. Atenuação das alterações climáticas(...) à biodiversidade
1. Investimentos em ativos físicos	A 1	B 1		D 1	E 1	F 1	G 1
2. Transferência de conhecimentos e ações de informação	A 2	B 2		D 2	E 2	F 2	G 2
3. Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas	A 3	B 3		D 3	E 3	F 3	G 3
4. Cooperação	A 4	B 4		D 4	E 4	F 4	G 4
5. Criação de agrupamentos de produtores			C 5	D 5	E 5	F 5	
6. LEADER			C 6	D 6	E 6	F 6	
7. Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais				D 7	E 7	F 7	G 7
8. Regimes de qualidade para os produtos agrícolas e os géneros alimentícios		B 8		D 8	E 8		
9. Ajuda ao arranque da atividade para os jovens agricultores que se instalam pela primeira vez numa exploração agrícola	A 9	B 9					
10. Investimentos em atividades não agrícolas	A 10			D 10			
11. Desenvolvimento de explorações agrícolas ou de empresas em zonas rurais				D 11		F 11	
12. Pagamentos a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais ou a outras condicionantes específicas				D 12			
13. Operações agroambientais e climáticas				D 13			
14. Implantação de sistemas agroflorestais				D 14			
15. Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas							G 15
16. Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas							G 16
17. Agroambiente e clima							G 17
18. Agricultura biológica							G 18
19. Pagamentos a título da rede Natura 2000 e da Diretiva-Quadro da Água							G 19
21. Pagamentos a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais ou a outras condicionantes específicas (biodiversidade)							G 20
21. Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas							G 21
22. Gestão de riscos							G 22

Figura 8 - Medidas FEADER: legenda para Figura 7

Em detalhe, apresenta-se o contributo da estratégia para os indicadores de resultados do PEPAC:

ENFOQUE TEMÁTICO	RESULTADOS									
	R37	R39	R40	R41	R42	R9	R10	R15	R17	R18
Capital humano, conhecimento e inovação	3%			1%	3%	4%	3%			1%
Capital social e governança				1%	1%		2%	2%		
Economia e emprego	5%	15%				13%	12%		1%	1%
Coesão social e territorial	2%		2%	1%	6%				1%	
Sustentabilidade ambiental e transição energética		5%	1%			3%	3%	3%	2%	3%
	10%	20%	3%	3%	10%	20%	20%	5%	4%	5%

Figura 8 - Percentual de alocação de verbas FEADER, por Resultado